

DESAFIOS DA FORMAÇÃO POLÍTICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Anny Camila Lima Rodrigues
Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí

1.0 INTRODUÇÃO

Analisando a configuração territorial do Estado do Piauí verifica-se a existência de grande parcela da população residente no meio rural, sendo comum a ausência de políticas públicas construídas a partir do contexto em que estão inseridos os sujeitos do campo. Sendo assim, a educação do campo no estado apresenta graves desafios, pois recebe pouca atenção das instituições públicas, encontrando-se por tanto descontextualizada da realidade do povo camponês.

Diante desse contexto, os movimentos sociais vêm desenvolvendo um trabalho voltado para a garantia dos direitos das comunidades rurais, que historicamente foram tratadas de forma desigual. Dentre esses direitos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem atuando de forma significativa na garantia do direito à educação contextualizada no campo e de qualidade.

Nesta linha de raciocínio, a educação é uma das principais bandeiras do MST, o que remete a existência de complexa ligação entre o movimento social e a atuação docente. Assim, a prática educativa nas escolas do MST deve fortalecer a construção de um ambiente de acordo com a cultura dos militantes envolvidos.

A referida pesquisa tem por objetivo geral “analisar as contribuições da prática educativa desenvolvida na Unidade Escolar Lucas Meireles para a formação política dos alunos assentados”.

Em decorrência dessa proposição do estudo, se objetiva especificamente identificar como as bandeiras de luta do movimento social do campo são abordadas no contexto da prática educativa da Unidade Escolar Lucas Meireles e verificar como a prática educativa desenvolvida no Assentamento 17 de abril possibilita a reflexão política e social dos jovens assentados.

O presente estudo surgiu devido à grande admiração pelas bandeiras de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, bem como do desejo de refletir sobre os desafios da formação política na educação do campo.

Assim, vale ressaltar a importância desse estudo pela necessidade de aprofundar a discussão sobre a educação do campo relacionada formação política dos jovens assentados, tendo em vista serem protagonistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

2.0 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

2.1 Caracterização do estudo

Para atender o objetivo deste trabalho a pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso apresenta-se como sendo o mais adequado para o desenvolvimento do nosso estudo, pois trata de um objeto restringido onde será levantado o maior número de informações possíveis.

Assim sendo, o presente estudo foi feito em etapas, sendo a primeira de cunho bibliográfico, consistindo na leitura de temas referentes a elaboração deste estudo, bem como a construção de resumos, fichamentos e outros recursos que possibilitaram maior entendimento do tema tratado. A segunda etapa foi realizada a partir da pesquisa de campo, estando presentes técnicas de observação e entrevista.

2.2 Caracterização do campo da pesquisa

Para o desenvolvimento do estudo, foi escolhida como campo a Escola Lucas Meireles, localizada no Assentamento 17 de abril, no Povoado Chapadinha Sul, nas proximidades da BR 316, entre o município de Teresina e Demerval Lobão.

A Escola investigada está ligada à 18ª Gerência Regional de Educação (GRE). Funciona nos turnos tarde e noite, possui cinco salas de aula, sendo três de ensino médio, durante o dia, e duas de Educação de Jovens e Adultos, apenas no turno da noite.

2.3 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Para melhor entendimento do perfil dos sujeitos selecionados segue o quadro abaixo:

QUADRO1: Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Codiname	Situação funcional	Participação direta no MST	Tempo ativo na escola
P.1	Filosofia, sociologia e história	Não	3 anos e 6 meses
P.2	Geografia	Não	1 ano e meio
P.3	Coordenação	Sim	2 anos
A.1	3º ano	Não	2 ano
A.2	1º ano	Não	1 ano
A.3	2º ano	Sim	2 anos

Fonte: Pesquisa direta, 2011.

3.0 UMA ANÁLISE DA PRÁTICA EDUCATIVA DO ASSENTAMENTO 17 DE ABRIL.

O MST tem um jeito diferenciado de conduzir o processo de ensino/aprendizado, sendo conhecido como pedagogia do movimento, que precisa estar diretamente relacionada com o movimento da realidade e do processo de formação dos sujeitos.

Sendo assim, a análise da formação dos jovens assentados revela peculiaridades da educação oferecida no campo, caracterizando o desenvolvimento político dos jovens bem como a prática dos profissionais da educação.

Diante disso, com base nas reflexões desenvolvidas acerca dos dados do estudo, será apresentada a análise da formação política dos jovens assentados e o resultado do objeto de estudo a partir de 03 (três) eixos: i) importância da escola no assentamento; ii) a educação do campo e a formação política e cidadã e; iii) os desafios da formação política na escola.

3.1 Importância da escola no assentamento

O direito a educação no meio rural foi uma conquista dos movimentos organizados, na luta por melhores condições de vida no campo, tendo em vista que o campo oferece muitas possibilidades para o desenvolvimento sustentável nas comunidades, no entanto, a ausência de maiores informações acerca da produção sustentável torna-se um desafio.

Para os sujeitos da pesquisa a escola é importante por oportunizar a aprendizagem de conhecimentos curriculares e do campo, além de ser um centro de atenção do assentamento, como demonstram os depoimentos dos docentes:

P1: [...] propicia a comunidade à oportunidade de crescimento, especialmente os jovens demonstram interesse em frequentar o ambiente escolar.

P2: A importância dela em primeiro lugar ela é um centro de atenção do assentamento. Assim, a noite, na parte social as pessoas num tem muito que fazer, aí ficam aqui em pé perto do colégio pra vê o movimento; e também os alunos da região tinham que se locomover pra Teresina e era um risco ta pegando BR, para ir e voltar.

P3: [...] a importância dessa escola era pra gente construir e dar acesso a essas pessoas a estudar numa escola que tenha pelo menos os primeiros passos de construção no campo porque eles saem do campo e vão estudar geralmente na cidade, então a gente pensou em construir estrategicamente as escolas [...].

A escola é de suma importância para o assentamento, tendo em vista que possibilita a formação do sujeito crítico e investigativo no âmbito social. No entanto, existe grande diferença entre o pensamento dos docentes e alunos, pois estes não destacam a importância da escola investigada como responsável pela formação de sujeitos do campo, como se pode observar nos depoimentos:

A1: É de fundamental importância, para num recorrer as escolas de Teresina, antes num tinha nem ônibus, sem essa escola a gente ia ter muita dificuldade pras nossa vidas.

A2: É importante porque aqui pros assentados fica melhor pra se deslocar de casa pra cá, pra quem num tem condição fica difícil ir pra Teresina, aí aqui fica mais fácil pra comunidade e pra outros que fica aqui, como chapadinha, junco cebola, tudo mais perto, aí da pra todo mundo estudar

A3: No caso é importante porque é única, se a gente num tivesse essa escola seria complicado, antes os alunos saiam bem cedo, ir para a BR e pegar ônibus.

Verifica-se que os discentes investigados revelaram posicionamentos semelhantes no que se refere à proximidade da escola. Além disso, a escola do campo é importante também pela sua proposta pedagógica diferenciadas, voltada para a valorização da cultura do campo e a problematização da realidade a fim de contribuir na formação crítica e autônoma dos jovens, como demonstram os depoimentos:

P1: [...] acho que a principal diferença é a tentativa dos representantes do movimento que estão na direção de tentar colocar as coisas dentro daquilo que é a visão do movimento, visão transformadora, para formar cidadãos, não que as outras escolas não tenham isso, não que os outros profissionais não tenham essa preocupação [...]

P2: A gente pode notar a diferença com relação à administração da escola, como quem administra a escola do MST são pessoas do MST,

já tem uma consciência política maior e as escolas da zona rural que é do estado ou prefeitura a gente vê ainda aqueles diretores que querem ser dono da escola [...]

P3: A diferença é que a agente cobra mais compromisso com a educação, com o estudo, com a valorização do outro, conhecimento do outro, isso a gente cobra, porque a gente num quer seguir o sistema que ta [...] quando eles entendem que isso num ta contribuindo vamos inventar, criar outra forma, aí temos não uma receita mais um referencial, umas experiências onde aluno faz todo, ajuda todos os campos da escola, onde a comunidade, professor, aluno e gestão andam num processo de discussão e desenvolvimento da educação coletiva

Na visão dos interlocutores da pesquisa, a escola do assentamento se diferencia das demais por ter representantes do movimento fazendo parte da equipe gestora, fato que possibilita a construção de projetos formativos voltados para os ideais de luta do movimento, que é da formação crítica e a luta pela transformação social.

3.2 A educação do campo e a formação política e cidadã

A educação na escola proposta pelo MST deve colaborar para promoção de mudanças que favorecem o fortalecimento de uma visão mais participativa, crítica e reflexiva dos alunos diante da sociedade.

Nesta perspectiva, a educação do campo proposta pelo MST no Assentamento 17 de abril tem o papel de contribuir com a transformação social, a formação para a cidadania e conscientização, conforme demonstram sujeitos da pesquisa:

P1: A educação é voltada para a transformação, o objetivo principal é a transformação, mudança de perspectiva das pessoas, deslumbrado a possibilidades de conscientização, formação para cidadania, reflexão sobre seus direitos, respeito, enfim, todos os valores [...]

P2: [...] o pedagogo faz muitas atividades com os alunos, de conscientização política, no horário sem aula, o professor falta e isso ajuda bastante, os alunos não vêem que ajuda, não gostam muito, eles participam, a gente não deixa ficar fora. Quanto mais conhecimento melhor.

P3: O papel da educação para o MST [...] é que a gente consegue fazer uma educação [...] que vá pro campo da educação do trabalho, da pesquisa e que faça dessa educação nas várias dimensões da pessoa humana como diz os princípios pedagógicos e filosóficos do movimento, que valorize o sujeito, valorize esse saber do campo e aperfeiçoa, qualifique [...].

A2: A educação proposta é a gente aprender o cultivo, eles tem muito esse objetivo, que a gente aprenda tudo que passa no MST, aprender a desenvolver a cultura na terra, basicamente isso.

A3: [...] o pedagogo passa vídeos ensinando que a gente tem que lutar pelos direitos, contando a história do MST, toda luta, educam bem.

A educação proposta pelo MST visa a construção do conhecimento de forma coletiva entre alunos, professores e a realidade na qual estão inseridos, de forma que são constantemente instigados a refletir sobre suas vivências, valorizando dessa maneira, a cultura da terra, reivindicando sempre por seus direitos. Os princípios que fundamentam a prática educativa do MST dialogam com a proposta de educação defendida por Zatti (2007, p. 63) quando afirma:

[...] é preciso reinventar o mundo de hoje e a educação é indispensável nessa reinvenção. Essa reinvenção do mundo exige comprometimento. Da mesma forma que não é possível entrar na chuva sem se molhar, não é possível educar sem revelar a própria maneira de ser, de pensar politicamente.

A educação possui o papel de agente transformador dentro da escola proposta pelo MST, pois é responsável pela construção de seres comprometidos com as causas sociais. Assim, quando indagados a respeito da contribuição da escola para sua formação política os jovens alunos investigados, afirmam:

A1: [...] no ato da gente ta aqui estudando a gente vai criando mais conceito sobre a política e isso vai melhorar muito nossos votos daqui pra diante.

A2: [...] a escola né ta faltando recursos, mas tudo que deve ser feito, que pode ser feito eles fazem, aí a gente aprende o possível, o básico.

A3: [...] conscientizando a gente do que é certo, errado, do que a gente pode, não pode fazer, mostrando que mesmo a maioria que é a minoria financeira tem também seu valor, apesar de sermos a minoria podemos, somos a maioria e podemos fazer a diferença, ta certo, a gente faz manifestação de vez em quando, mas é pra lutar pelos nossos direitos.

Assim sendo, ocorre discordância entre o pensamento dos alunos e professores investigados, pois todos os alunos evidenciam a contribuição da escola para sua formação política, fato não certificado por todos os docentes. A esse respeito, P1 responde:

P1: Eu tenho minhas dúvidas, acho que essa escola não tem acrescentado, não consigo perceber que haja uma profundidade no papel dessa escola ainda nesse sentido. [...] acho que os próprios educadores deveriam ter todos essa visão. [...] eles também não têm esse histórico dentro do movimento e isso acaba fazendo com que eles não tenham certa consciência nessa questão da luta. É difícil dizer que a escola tenha feito isso no decorrer dos quatro anos, exatamente porque a maioria do corpo docente não aparenta ter essa visão política necessária para questionamento profundo, acho que tem certa restrição talvez.

Verifica-se que P1 enfatiza o papel do educador na contribuição da formação política dos alunos, demonstrando a ausência, por parte de alguns professores, de comprometimento político com os ideais do MST. Assim, para ser profissional da educação de acordo com o MST “é preciso já ter algumas convicções, racionais e efetivamente construídas, [...] negar certas práticas afirmar outras sem sectarismo, mas com radicalidade”. (CALDART, 1997, p. 159).

3.3 Os desafios da formação política na escola

A reflexão acerca da formação política dos alunos assentados propõe um repensar nos desafios enfrentados pelos docentes, tendo em vista os limites e potencialidades do campo. Assim, ao serem indagados sobre os desafios enfrentados pelos docentes no trabalho de formação política dos alunos, os interlocutores respondem:

P2: Primeiramente a falta de estrutura, muitas atividades que são planejadas não podem ser realizadas por falta de estrutura e falta de apoio das gerencias, porque a escola sozinha não pode fazer nada.

P3: O primeiro desafio que temos é ter acesso a leitura, biblioteca, meios de informação, que é a internet, os laboratórios, os meninos não tem nada disso, tem o professor e suas aulas, e seu livro didático.

A1: Acho que devido a distancia da cidade, a gente ter grande distância pra ter acesso às coisas, a comunicação isso dificulta muito.

A2: Falta estrutura, porque eles tão buscando, mas ta sendo difícil, mas eles tão buscando, ta sendo o desafio deles.

A3: Falta de material, a escola demorou muito pra ter um data-show e é porque o pedagogo luta mesmo, faz gato e sapato, o que prejudica é a falta de informação mesmo, a falta de material

Através dos depoimentos dos sujeitos investigados, são notórias as dificuldades enfrentadas pelas escolas do campo. Esses desafios quanto às políticas de educação do campo também é destacada por Caldart (2008, p.17), quando afirmar que:

No âmbito cultural e educacional residem grandes desafios no que se refere à formação de sujeitos de direitos. Entre eles, o acesso aos meios pelos quais lhes permita conhecer os complexos processos de conhecimento, embutidos nos processos de produção econômica, política e cultural [...]. Tais meios foram sistematicamente sonegados à população do campo.

No entanto, para além dos desafios no âmbito da infra-estrutura física, um dos maiores desafios reside no campo da proposta política e pedagógica das escolas do campo. Nessa perspectiva é possível citar o pensamento de P1, ao afirmar que:

P1: Eu creio que a grande dificuldade, que a maioria deve saber, seja a questão ideológica, porque a formação política envolve essa questão ideológica, exatamente pela circunstância, pela realidade que os alunos são inseridos. Essa questão ideológica, não é tão presente na maioria dos docentes, com exceção dos que atuam na área de humanas, além deles os demais não se encaixa, eles são em realidades diferentes, as preocupações me parecem ser outras, a questão é mais profissional que a questão ideológica de luta, mudança, não vejo um encaixe perfeito.

Assim, a questão da formação do professor apresenta-se como grande dificuldade, tendo em vista que “educadores precisam assumir-se como militantes, que fazem da tarefa de educação a sua militância principal no conjunto da organização” (CALDART 2002 p.38).

Nesse contexto, P3 afirma que “o próprio grupo de professores vem todos de fora [...], aí quando eles estão começando a compreender chega o fim do ano e eles vão embora”. Assim, a realidade investigada se diferencia da vivida pelos profissionais analisados, ocorrendo grande distanciamento das práticas propostas pelo MST e o que se observa na prática.

A participação da comunidade na construção das práticas educativas desenvolvidas pela escola é reconhecida pelos interlocutores como outro ponto merecedor de destaque quando se trata dos desafios da formação política na escola. A esse respeito, os sujeitos da pesquisa afirmam:

P1: [...] No início a comunidade esteve mais presente, hoje não vejo essa proximidade, existe um distanciamento muito grande entre a comunidade e as atividades desenvolvidas pela escola [...]

P2: [...] Observo que a comunidade era mais unidade, um pouco de individualismo de cada um parece que tá no assentamento do MST que era pra ser uma comunidade, eles tão como se vivesse em um bairro individual cada um na sua casa, faz com que eles não vejam que a escola é deles, aí eles perdem um pouco essa escola.

P3: A participação da comunidade é outro gargalo nosso, uma dificuldade muito grande quando a comunidade está muito desestruturada [...] a comunidade não tem grande necessidade de discutir a escola ainda, pelo que a gente vê, podemos até tá equivocado, porque no momento que a comunidade vê que a comunidade é importante ela vai participar, e esse tem sido nosso grande desafio, fazer a comunidade ver que a escola é importante.

Observa-se que na visão dos docentes a cultura individualista e a desestruturação organizativa da comunidade tornam-se um dos empecilhos quanto a uma maior participação e colaboração da família na escola. No entanto, o pensamento dos docentes se diferencia do exposto pelos alunos, ao afirmarem que:

A1: Como eu disse, a comunidade participa muito do desenvolvimento dessa escola, todo projeto ou atividade que tem na escola não só os alunos participam, mais a comunidade todo participa e isso desde o início da escola em 2007.

A2: Eles participam, como teve por exemplo nesse grupo de artes, a escola ofereceu não só pros alunos, mas para os pais e as comunidades vizinhas, aí todos vieram, os pais ajudam os alunos também, incentivam os alunos a aprender novas coisas, é isso

A3: Normalmente a comunidade participa, por exemplo, quando vão dar as notas, todos os pais são chamados, agora, por exemplo, vai ter festa junina e todos os pais são chamados, para ajudar, assistir, no mais é isso.

Apesar de demonstrar que há uma maior participação da comunidade na vida da escola, constata-se que a visão de participação dos alunos limita-se as atividades pontuais, a exemplos das festas e atividades burocráticas da escola.

No entanto, de acordo a proposta pedagógica do MST a participação da família deve ser mais efetiva. De acordo com Nascimento (2011, p 17), deve haver participação da comunidade nas decisões sobre gestão escolar, propostas pedagógicas e políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra propõe uma educação transformadora dos sujeitos da zona rural, sendo por tanto mais adequado à expressão educação do campo para designar este modelo, tendo em vista as diferenças dos termos educação rural e educação do campo.

Diante dos resultados da pesquisa é possível observar que os interlocutores atribuem grande importância a Unidade Escolar Lucas Meireles, pois oportuniza a aprendizagem de conhecimentos curriculares e do campo, além de ser um centro de atenção, contando com uma proposta pedagógica diferenciadas

Todavia, os professores da escola, em sua totalidade são da zona urbana, sendo a maioria sem vínculo com o assentamento e o proposto pelo MST, revelando uma prática educativa pouco relacionada aos princípios direcionados pelo MST.

Com relação à articulação entre a educação do campo e a formação política e cidadã, nota-se que a escola investigada apresenta certas restrições na contribuição da escola para a formação política dos alunos, sendo esse fenômeno facilmente entendido ao observar a presença de professores apenas do meio urbano, sendo a maioria sem vínculo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais.

É notória essa dificuldade quando os docentes deixam claro como a formação política é introduzida no contexto do currículo da escola e como é reforçada através dos conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, mesmo citando algumas atividades desenvolvidas.

Observa-se ainda, muitas dificuldades na implementação de uma proposta de educação do campo, tais como a participação da comunidade, estrutura física inadequada, falta de recursos, evidenciando assim grande descaso por parte dos representantes governamentais.

Apesar dos entraves, a educação oferecida na Unidade Escolar Lucas Meireles é merecedora de grande destaque, pois estimula os alunos e professores a reflexão na busca de uma educação transformadora.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Brasília: RITLA, 2009.

ALMEIDA, Célia Maria de Castro; MORREIRA, Marta Candido. **Educação Intercultural e Formação Intercultural e Formação de Professores/as: Uma Experiência em Assentamento Rural**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt08/gt081069int.rtf>. Acesso em: 20 dez. 2010.

ARROYO, Miguel. Por um tratamento público da Educação do Campo. In: JESUS, Meire Santos Azevedo de; MOLINA, Monica Castanha (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Por uma educação básica no campo 3**. Brasília: articulação nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa** São Paulo: Paz e Terra, 2009

GARBIN, Rodemar. et al. **Contextualização da educação do campo no Brasil e no Piauí**. Piauí: Realce, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Paulo Freire e a formação de sujeitos sociopolíticos**. Disponível em <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/2_paulo_freire_cp8.pdf > Acesso em 10 jan. 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; NERY, Ir. , KOLLING, Edgar (org.). **Por uma educação básica do campo 1**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

MST. **Princípios da educação no MST**. Caderno de educação nº 8. São Paulo: MST, dezembro, 2004.

Nascimento, Claudemiro Godoy do. **CAMINHOS E DESCAMINHOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM PROJETO DE INTERVENÇÃO POLÍTICO-**

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007.